



**NOSSO
CHÃO
NOSSA
HISTÓRIA**

APOIO PSICOSSOCIAL COMUNITÁRIO

Diretrizes para atuação em Saúde
Mental Comunitária no contexto
do desastre socioambiental causado
pela mineração em Maceió/AL



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



**Conselho
Federal de
Psicologia**

Ficha Técnica

Diretor e Representante do UNOPS no Brasil

FERNANDO BARBIERI

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO

Gerência

BERNARDO BAHIA

Coordenação

RENATA FERREIRA

Elaboração

SANDRA LUZIA ASSIS DA SILVA

Colaboração

ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA (Vice-Presidenta CFP)

JEFFERSON DE SOUZA BERNARDES (Conselheiro CFP)

LEANDRO FERREIRA MARQUES (UNOPS)

YLO BARROSO CAIADO FRAGA (CFP)

VINICIUS SENA DE LIMA (CFP)

Edição e Diagramação

EVELYN DE SÁ BARRETO

RAFAEL REGATIERI

PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

BERNARDO BAHIA

Gerente de Projetos no UNOPS

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	3
<u>SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL</u>	6
<u>PONTO DE PARTIDA</u>	10
<u>DIRETRIZES NO CAMPO</u>	15
<u>CONHEÇA AS PUBLICAÇÕES DO CFP SOBRE O TEMA</u>	21
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	24

APRESENTAÇÃO

O Programa Nosso Chão, Nossa História tem como objetivo reparar os danos extrapatrimoniais causados pelo desastre socioambiental causados pela mineração em Maceió (AL). A reparação de danos extrapatrimoniais é parte do Termo de Acordo Socioambiental para Extinguir a Ação Civil Pública, firmado entre o Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL), o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE) e a empresa poluidora Braskem, em dezembro de 2020.

O desastre socioambiental afetou cinco bairros de Maceió (Pinheiro, Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Farol) ocasionando o deslocamento forçado de mais de 60.000 pessoas que deixaram suas casas e projetos de vida. Além disso, diversos serviços, comércios e equipamentos públicos e privados foram fechados ou realocados. Uma das principais consequências foi a ruptura do tecido social, com o afastamento das dinâmicas sociais e comunitárias.



Projeto Saúde Mental Comunitária:

Redes de apoio comunitário, selecionado na 1ª Geração de editais do Programa

Os impactos do desastre e seus efeitos diretos produzem danos caracterizados como extrapatrimoniais que geram várias consequências negativas. Esses efeitos vão além das questões financeiras, afetando emocional, psicológica e moralmente tanto as pessoas como as comunidades envolvidas. Os resultados incluem:

- Sentimento de invisibilidade;
- Precarização do acesso à saúde, à educação e à assistência social;
- Desemprego e a falta de condições e incentivos para recuperação ou o desenvolvimento de negócios;
- Perda de referências e do patrimônio histórico cultural;
- Abandono forçado de animais;
- Incerteza e dificuldade de superação;
- Sentimento de perda permanente;
- Comprometimento da saúde mental;
- Perda de memória e identidade;
- Dificuldade em estabelecer novas relações na comunidade;
- Comprometimento da qualidade de vida;
- Fragilização de laços familiares e comunitários.

O Programa é gerenciado e operacionalizado pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) em cooperação com o Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL) e o Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE), formado por representantes da sociedade civil que definem as diretrizes e prioridades a serem trabalhadas pelo Programa.

Os projetos de reparação do Programa Nosso Chão, Nossa História são implementados por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) selecionadas por meio de editais. Essas OSCs tornam-se Parceiros Implementadores (PI) do UNOPS, assumindo a responsabilidade de desenvolver iniciativas que promovam o bem-estar da população e impulsionem o desenvolvimento local. Essas ações têm como objetivo avançar na reparação dos danos extrapatrimoniais causados à população de Maceió (AL).

A reparação de danos na área da saúde mental comunitária inclui projetos voltados para o **fortalecimento dos vínculos afetivos por meio da convivência, criação de redes de apoio comunitário, formação e pesquisa em apoio psicossocial comunitário**. Além de promover o bem-estar da população atingida e reparar os impactos causados à saúde mental comunitária.

Apoio Psicossocial Comunitário

Diretrizes para atuação em Saúde Mental Comunitária no contexto do desastre socioambiental causado pela mineração em Maceió/AL



Esse processo de reparação é complexo e exige esforços coordenados entre o UNOPS e os Parceiros Implementadores de diferentes projetos nessa área. Enfrentar esse desafio de forma integrada é essencial para garantir o sucesso das iniciativas e um impacto positivo e duradouro nas comunidades.

Para alcançar os objetivos do Programa, o UNOPS estabeleceu uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) para orientação técnica e disseminação, no contexto do pós-desastre de Maceió, do apoio psicossocial comunitário como diretriz de atuação. A psicologia desempenha um papel crucial na gestão de desastres, atuando em rede para promover a saúde mental comunitária e apoiar a reconstrução do tecido social.



Escuta de Grupos Prioritários

Atividade do Programa Nosso Chão, Nossa História - Maceió/AL

SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL

Segundo a Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNDRR, 2025) desastre é uma perturbação grave do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, em qualquer escala, devido a eventos perigosos que interagem com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a um ou mais dos seguintes: perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais.



Escuta de Grupos Prioritário,

Atividade do Programa Nosso Chão, Nossa História - Maceió/AL

Caracterizando o desastre ocorrido a partir da mineração em Maceió (AL), de acordo com a Defesa Civil local, o tipo do desastre identificado é raro e está em curso. Raro, pois foi causado pela exploração de minas. Em curso, pois as minas estão sendo preenchidas para estabilização, o que não garante a segurança local, já que o processo é lento. Esse contexto leva à caracterização técnica de desastre socioambiental, um conceito que envolve a interação entre

fatores ambientais e sociais, resultando em consequências graves para os ecossistemas naturais e para as populações humanas.

Situações de desastre e emergências provocam uma variedade de problemas em diferentes níveis dentro de uma comunidade: individual, familiar e social. Os desastres afetam as dinâmicas cotidianas, impactando áreas como trabalho, lazer, cultura, mobilidade, educação, saúde e relações sociais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental refere-se ao estado de bem-estar no qual a pessoa é capaz de usar suas próprias habilidades para lidar com tensões, estresses e desafios da vida, permitindo que ela trabalhe e contribua com sua comunidade.



Escuta de Grupos Prioritários

Atividade do Programa Nosso Chão, Nossa História - Maceió/AL

No contexto de desastre é necessário discutir a saúde mental além do caráter individual, é preciso também olhar para os aspectos sociais que influenciam o bem-estar. Assim, a saúde mental deve ser considerada a partir do apoio psicossocial, ou seja, conforme definido pelo IASC (Inter-Agency Standing Committee – Comitê Permanente Interagências) em 2007, é necessário utilizar o termo composto por se tratar dos variados tipos de suporte que promovam e protejam o bem-estar nessa área, assim como para prevenir transtornos mentais em níveis individuais ou coletivos em situações de emergência (IASC, 2007). Portanto, “é essencial implementar estratégias de longo prazo que vão além do alívio imediato, promovendo a resiliência e o bem-estar contínuo das comunidades afetadas (CREPOP, 2021)”.

Em suas diversas modalidades os desastres tendem a produzir fraturas profundas no tecido social, produzindo impactos psicossociais que geram danos extrapatrimoniais, forçando a quebra de laços e vínculos sociais entre pessoas moradoras e frequentadoras dos bairros, assim como com o território. Estes processos possuem impactos diretos na saúde mental.

Danos extrapatrimoniais são impactos negativos que vão além das perdas financeiras, afetando o emocional, o psicológico e a dimensão moral das pessoas e comunidades. Esses danos costumam surgir em contextos de grande sofrimento, provocando rupturas de vínculos sociais e afetivos. Seu reconhecimento é fundamental, pois valida o sofrimento vivido e contribui para a promoção da justiça e do bem-estar coletivo. O direito a uma existência digna, protegido pela Constituição Federal (art. 1º, III), necessita de um amplo amparo contra danos injustos a qualquer tipo de bem, seja material ou imaterial. Logo, é possível a reparação de diversos tipos de danos. São exemplos de danos extrapatrimoniais:

Dano estético: qualquer lesão, mesmo que mínima, que cause uma transformação duradoura ou temporária na aparência física;

Dano biológico: consequências na saúde dos indivíduos, como no bem-estar físico, mental e social;

Dano existencial: também conhecido como dano ao projeto de vida, e qualquer prejuízo que comprometa a liberdade de escolha e frustre os planos de uma coletividade.

Os danos extrapatrimoniais são causados por um conjunto de acontecimentos resultantes do desastre gerando diversas consequências conforme ilustrado na figura:



PONTO DE PARTIDA

No Programa Nosso Chão, Nossa História, o apoio psicossocial comunitário é inserido com base nos seguintes conceitos estruturantes:



Território

O território deve ser olhado de maneira relacional, pois este diz respeito à própria dinâmica do cotidiano que ultrapassa os limites geográficos, cartográficos ou comunais. É necessário compreender o conceito de território enquanto espaço usado, onde se dão as relações entre as pessoas e as instituições, onde a vida e suas contradições são manifestadas de forma cotidiana (SANTOS, 1994). Desse modo, o território usado é sinônimo de espaço humano habitado. Portanto, deve considerar os efeitos da reprodução da vida, a diversidade e a multiplicidade de experiências (de gênero, étnico-racial, classe social, geração, orientação sexual e deficiências), as relações de afeto e de poder que se estabelecem nos vínculos pessoa-ambiente, e na constituição de cultura e memória (CFP, 2022).

Entretanto, há uma distinção entre território como matéria fria, propondo que, sobretudo na cidade, este passa a ter significado vivo a partir dos atores que dele se utilizam. No que diz respeito à relação entre pessoas e território, torna-se imprescindível tratar da dimensão da cidadania, que se expressa a partir e na dinâmica das populações em relação aos territórios vividos (KOGA, 2011). É necessário olhar para o lugar do cidadão como uma relação intrínseca ao conceito de cidadania. Desse modo, é fundamental considerar a história, o universo cultural e a vida cotidiana da população que vive no território, pois, assim compreendemos as relações estabelecidas entre moradores/as, que de fato o constroem e reconstroem.

No território se configura a realidade da vida comunitária, é nele que se exerce a cidadania, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. Portanto, é necessário compreender a relação inseparável entre território e população, pois permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas moradoras de um lugar.



Escuta de Grupos Prioritários

Atividade do Programa Nosso Chão, Nossa História - Maceió/AL



Desterritorialização

A desterritorialização é um processo de abandono do território, onde estão imbricadas as dimensões política e/ou econômica e a cultural. A dimensão política refere-se à destruição de meios econômicos e políticos de integração, responsáveis pela sobrevivência das estruturas comunitárias e dos mecanismos de apoio tradicionais. A dimensão cultural pode ser tanto simbólica, com a destruição de símbolos, marcos históricos, memórias e laços sociais afetivos, quanto concreta, com a perda material criado com o enraizamento territorial, responsável pela formação das identidades sociais e do pertencimento (HAESBAERT, 2004).



Enraizamento e desenraizamento

O enraizamento é o espaço habitado, talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida do humano. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Esta capacidade de participação vem do lugar de pertencimento (WEIL, 2022).

Quando há um desenraizamento, a pessoa pode se sentir como deixada para trás, completamente sem importância, em que o que há é apenas a supervalorização dos recursos financeiros e o desprezo ao ser humano, podendo gerar sentimento de infortúnio e infelicidade, ou seja, é uma condição desagregadora da memória que retira das pessoas suas lembranças.

Deste modo, falar em enraizamento e desenraizamento é considerar a predominância do passado sobre o presente e sobre o futuro, do já existente e conhecido sobre o novo e o desconhecido. No processo de desenraizamento, desaparecem as condições subjetivas que garantem a liberdade, a pluralidade e a igualdade entre a pessoa e sua comunidade. A pessoa desenraizada sofre por não reconhecer e ser reconhecida, por não existir socialmente e perder seus aspectos identitários e psicossociais.

Essa é a dimensão psicológica do desenraizamento social, diante da qual a pessoa pode perder o sentido da vida gerando um esvaziamento identitário, por falta de vínculos com o passado e de projetos para o futuro. Assim, do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade, ou seja, a memória de experiências passadas tanto expressa as histórias de vida quanto a sua interpretação da realidade presente.



Memória

A memória é uma função social que possui o vínculo com outra época evidenciando a vivência de desafios e conquistas gerando um sentimento de pertencimento, ou seja, está relacionada ao tempo, mas o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo (Bosi, 2007).

A memória, a lembrança, e a recordação, são compartilhadas e construídas em conjunto, asseverando o fator social preponderante em sua construção. A recordação está ligada a significação, algo que de certa forma teve um real valor, algo subjetivo. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, fazendo com que o grupo seja visto como um suporte da memória, transformando a memória individual na memória de uma comunidade.

Deste modo, a memória é fundamental para as pessoas e o seu grupo social de referência, por fornecer elementos que proporcionam unidade física, continuidade no tempo e sentimento de coerência e pertença, ou seja, enraizamento. O enraizamento que a memória proporciona vai além: ela nos conecta à espiritualidade, à ancestralidade e às cosmogonias (as explicações sobre o mundo). É a memória que transmite as tradições, saberes e crenças das gerações passadas, mantendo vivo o legado cultural e identitário da comunidade e fortalecendo sua coesão.

Nesse sentido, inclusive, é preciso garantir uma abordagem de fácil compreensão, observadas as características e contextos específicos, como os conhecimentos e práticas tradicionais, indígenas e locais (ONU, 2015).



Identidade de lugar e pertencimento

Por meio da fala as pessoas dão sentido à sua relação com os lugares e envolvem-se em práticas coletivas que formam a identidade de lugar. Deste modo, a identidade de lugar é considerada como algo que as pessoas criam em conjunto ao se comunicar, uma construção social que lhes permite dar sentido à sua ligação com o lugar, determinando, assim, suas ações. A identidade do lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, dos papéis sociais desempenhados e das práticas realizadas para a construção e transformação do ambiente, possibilitando sentimentos de satisfação e de pertença ao lugar (DIXON, DURRHEIM, 2000).



Escuta de Grupos Prioritários

Atividade do Programa Nosso Chão, Nossa História - Maceió/AL

DIRETRIZES NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA

Com a ocorrência de um desastre socioambiental há um processo de desterritorialização que faz com que haja a perda de referenciais concretos e o enfraquecimento da identidade territorial, das estruturas comunitárias e dos mecanismos de apoio tradicionais. Todo esse processo cria uma ruptura na vida cotidiana, gerando impactos ao bem-estar físico, social, psíquico, econômico e ambiental. É importante reconhecer que os efeitos e consequências de um desastre não são sentidos da mesma forma por todos — eles atingem de forma mais intensa as pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Essa desigualdade é nomeada como injustiça climática, pois evidencia um desequilíbrio no modo como riscos e danos são distribuídos. Trata-se de uma questão de justiça, já que revela o desrespeito aos direitos humanos, especialmente quando os mais afetados são justamente aqueles com menos recursos para se proteger. Entre os direitos violados, destaca-se o direito à saúde mental, frequentemente negligenciado em contextos de crise.

Todo esse fenômeno produz na população atingida um trauma psicossocial¹ (MARTIN-BARÓ, 1990). Assim, é necessário que haja uma implicação com os processos de responsabilização, com o reconhecimento e a visibilidade dos danos extrapatrimoniais, contribuindo para a promoção da justiça e do bem-estar da população atingida por desastres. A reparação não deve ser considerada apenas no âmbito do Direito, como reparar algum prejuízo causado, é necessário que ela ocorra a partir das seguintes dimensões sociais: da construção de novas redes de apoio e da participação social, da recuperação da memória e dos laços sociais e afetivos, e da compensação da ausência de espaços de relações de convívio social. A atuação, portanto, deve ser interseccional, interdisciplinar e intersetorial, integrando-se às políticas públicas de saúde, assistência social e defesa civil, dentre outras, para garantir um apoio abrangente, eficaz e continuado (CFP, 2024).

¹ Trauma psicossocial é uma ferida coletiva vivida pela população que sofreu com a violação dos direitos e danos morais coletivos.

Dimensões da reparação





Escuta de Grupos Prioritários

Atividade do Programa Nosso Chão, Nossa História - Maceió/AL

Assim, atuar nas causas dos danos extrapatrimoniais é importante para reparar e mitigar suas consequências, contribuindo para a promoção da justiça e do bem-estar da população atingida.



Fazemos referência ao conceito de apoio psicossocial comunitário como forma de enfrentar o desafio da reconstrução da vida comunitária e da reparação de danos extrapatrimoniais, fortalecendo os vínculos sociais e promovendo a justiça e o bem-estar coletivo. Ações de saúde mental e apoio psicossocial são importantes para reduzir o sofrimento psicológico e emocional, prevenir problemas de saúde a longo prazo, fortalecer a resiliência individual e comunitária, promover uma coesão social e facilitar a reparação em cenários de desastre.

Assim, ajudam a proteger e promover direitos humanos. Para tanto, compreendemos que as diretrizes que norteiam esse trabalho devem seguir três passos:

PRIMEIRO PASSO

Resgatar a convivência comunitária, construir redes de apoio e promover o engajamento local mútuo.

Como?

Por meio de práticas de convivência comunitária que englobam atividades coletivas programadas com o objetivo de promover uma cultura de solidariedade, cooperação e inclusão, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida de toda a comunidade

Dentro desse cenário, a convivência comunitária mostra-se como essencial, pois ela refere-se à interação e ao relacionamento entre os membros de uma comunidade. Essa convivência envolve colaborar em projetos e atividades, ter apoio mútuo, resolver conflitos de forma pacífica e desenvolver sentimentos de identidade e pertencimento.

SEGUNDO PASSO

Fortalecer laços e vínculos sociais e criar um ambiente onde as pessoas se sintam seguras, valorizadas e integradas

Como?

Criando conexões entre pessoas e grupos, que podem ser fortalecidas por meio de ações coletivas, iniciativas comunitárias e participação social

O apoio psicossocial comunitário está centrado nos impactos produzidos pela ruptura dos diversos laços e vínculos comunitários existentes antes de um desastre, e por estes erodidos. Os vínculos comunitários são conexões mais amplas, que envolvem redes formais e informais dentro da comunidade. Mas, perpassam os laços sociais mais próximos, como a família, as relações de amizade e afetivas e os grupos de convívio. Em geral, esses vínculos servem a variados propósitos, que vão desde a provisão de redes de apoio importantes para a vida cotidiana, até a produção de sentido e do senso de realização e engajamento para a participação social.

TERCEIRO PASSO

Promover a mobilização e participação social

Como?

Possibilitando que a própria comunidade apresente ações para soluções que permitam a reconstrução/ressignificação das memórias, dos laços e vínculos sociais, afetivos e simbólicos, na busca pelo bem-estar físico, social, psíquico, econômico e ambiental,

Como nos sentimos internamente afeta como nos relacionamos no território em que vivemos, por isso a comunidade, nossas raízes culturais, tradições e costumes também afetam como nos sentimos. Assim, reparar danos extrapatrimoniais no âmbito da saúde mental comunitária precisa ser o mais horizontal possível, isto é, precisa contar com o máximo de protagonismo popular.

Exige, também, empoderamento e participação inclusiva, acessível e não discriminatória, com especial atenção para as pessoas desproporcionalmente afetadas por desastres, especialmente os mais pobres.

É importante, portanto, que os profissionais de psicologia atuem no sentido de promover o engajamento ativo da comunidade na reconstrução e fortalecimento dos laços, promovendo uma aprendizagem coletiva, capaz de fomentar a resiliência comunitária frente a outros desafios.

CONHEÇA AS PUBLICAÇÕES DO CFP SOBRE O TEMA

1. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (2021)

Esta publicação sistematiza diretrizes para a atuação de psicólogas(os) nas diferentes fases dos desastres – preparação, resposta e reconstrução –, com ênfase na proteção de direitos e na promoção da saúde mental comunitária. O documento orienta práticas éticas e qualificadas em situações críticas, articulando os saberes da Psicologia às políticas públicas e às demandas das populações vulnerabilizadas, oferecendo fundamentos técnicos que reforçam a importância de ações psicossociais enraizadas no território e comprometidas com a reparação de vínculos comunitários.

[■ Acesse aqui](#)

2. Nota Técnica CFP nº 22/2024 – Atualização das orientações para a atuação de psicólogas e psicólogos nas fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres.

Atualizando e complementando diretrizes anteriores, esta Nota Técnica enfatiza a centralidade da gestão integral de riscos e desastres e reconhece os impactos das mudanças climáticas e das desigualdades sociais. Aponta ainda caminhos para a atuação da Psicologia na reconstrução do tecido social e no fortalecimento de comunidades afetadas, com especial atenção à escuta ética, à intersetorialidade e à reparação dos danos imateriais.

[■ Acesse aqui](#)

3. Nota Técnica: Atuação da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres – Política de Proteção e Defesa Civil (2016)

Elaborada a partir do marco legal da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, esta nota técnica orienta a inserção dos psicólogos no planejamento e resposta a desastres, destacando a importância da atuação intersetorial junto às políticas de Saúde e Assistência Social. Reforça o papel da Psicologia na promoção da dignidade humana, na garantia de direitos e na mobilização comunitária para reconstrução pós-crise. Sua leitura complementa os fundamentos da cartilha ao oferecer diretrizes para intervenções comprometidas com o cuidado ético e a participação popular.

[■ Acesse aqui](#)

4. Nota Conjunta CFP e UNOPS: Orientações sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial Comunitário no Contexto da Reparação de Danos Extrapatrimoniais e Reconstrução de Desastre.

Considerando que atualmente o Brasil vive um desastre em curso provocado pela mineração de sal-gema da empresa Braskem em Maceió/AL, onde cinco bairros foram atingidos pela subsidência do solo e que resultou no deslocamento forçado de milhares de pessoas e na perda de direitos e do acesso a serviços públicos e privados, além de muitas outras que estão sendo afetadas em áreas adjacentes, essa nota tem como objetivo contribuir para a atuação de psicólogas (os) que atuam em Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na fase na recuperação e na reparação dos danos morais coletivos ou extrapatrimoniais.

[■ Acesse aqui](#)

5. Código de Ética Profissional do Psicólogo – Resolução CFP nº 010/2005

Norma que estabelece os princípios fundamentais que regem a atuação da Psicologia no Brasil, o Código de Ética é referência obrigatória para toda prática profissional, inclusive em contextos de emergência e desastre. Nele estão expressos os deveres de acolher com respeito à dignidade humana, de não induzir convicções e de promover a autonomia dos sujeitos. Para as ações descritas na cartilha, o Código de Ética assegura um norte ético essencial para a condução de processos de reparação psicossocial fundamentados na escuta, no reconhecimento e na valorização dos saberes comunitários.

 [Acesse aqui](#)

6. Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental (2022)

Esta publicação do Conselho Federal de Psicologia, elaborada a partir da escuta de profissionais e instituições atuantes em diferentes territórios brasileiros, sistematiza experiências práticas em Psicologia Ambiental com foco na promoção de saúde, justiça socioambiental e fortalecimento comunitário. O catálogo reúne relatos de atuação que articulam o cuidado com o meio ambiente, os direitos humanos e os modos de vida locais, valorizando a participação popular e a ecologia de saberes. Para leitoras(es) da cartilha, o catálogo oferece exemplos concretos de ações psicossociais enraizadas nos territórios, reforçando a importância de práticas que reconheçam as dimensões subjetivas e coletivas dos vínculos com o ambiente e da luta por reparação em contextos de injustiça socioambiental.

 [Acesse aqui](#)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 14.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota Técnica nº 22/2024: Atuação da Psicologia nas fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres*. Brasília: CFP, 2024. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/09/SEI_1812191_Nota_Tecnica_22.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Catálogo de práticas em Psicologia Ambiental*. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/catalogo-de-praticas-em-psicologia-ambiental/>. Acesso em: 20 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres*. Brasília: CFP/Crepop, 2021. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Crepop-RT-Emerge%CC%82ncias-e-Desastres-web_v2.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota Técnica: Atuação da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres – Política de Proteção e Defesa Civil*. Brasília: CFP, 2016. Disponível em: <Nota-Técnica-Psicologia-Gestao-de-Riscos-Versao-para-pdf-13-12.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo: Resolução CFP nº 010/2005*. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

DIXON, J.; DURRHEIM, K. Displacing Place-identity: A Discursive Approach to Locating Self and Other. *British Journal of Social Psychology*, 39, 2000, p. 27-44.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. RJ: Bertrand, 2004.

INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE. Diretrizes da IASC sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Situações de Emergência. 2007. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2019-03/iasc_mhps_guidelines_portuguese.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

KOGA, D. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 9(35), 9-22, 1990.

NAÇÕES UNIDAS. Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: www.undrr.org. Acesso em: 23 mai. 2025.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

UNDRR. Terminologia da Estrutura de Sendai sobre Redução de Riscos de Desastres. Disponível em: <[Definição: Desastre | UNDRR](#)>. Acesso em 26 mai 2025.

WEIL, S. *O enraizamento: Prelúdio a uma declaração dos deveres para com o ser humano*. Belo Horizonte: Âyiné, 2022.